



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640030 - AC (2021/0012634-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADOS : DION NÓBREGA LEAL - AC000681
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : WINSTON AMORA DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WINSTON AMORA DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Agravado de Execução Penal n. 0101400-58.2020.8.01.0000).

O impetrante sustenta que o paciente não é reincidente em crime hediondo, razão pela qual deve ser retificado o atestado de pena para constar a exigência do cumprimento de 40% (2/5) da sanção para progressão de regime, nos termos da Lei n. 13.964/2019, que alterou a redação do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

Requer, liminarmente, que seja aplicada ao paciente a exigência do cumprimento de 40% da reprimenda para promoção de regime prisional. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência